

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOVA OLINDA-PB

QUADRIÊNIO

2014-2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
JUNHO DE 2016

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
SOCIAL**

2014-2017

**Nova Olinda
2016**

**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Maria do Carmo Silva
Prefeita Constitucional

Idácio Alves Solto
Vice- prefeito

José de Anchiêta Luis
Secretário Municipal de Assistência Social

Irineu Enéas de Sousa
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Merilainy Dayana Lima Serafim Luis
Coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social

Rosicleide Martins da Silva
Gestora do Programa Bolsa Família

Nova Olinda

2016

LISTA DE SIGLAS

AESA- Agência Executiva de Gestão de Água da Paraíba

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CF- Constituição Federal

CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF- Programa Bolsa Família

PBF – Piso Básico Fixo

PBV – Piso Básico Variável

PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social

NOB/SUAS- Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social

PMAS- Plano Municipal de Assistência Social

SUAS- Sistema Único de Assistência Social.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

✓ **MERILAINY DAYANA LIMA SERAFIM LUIS**

- Assistente Social Graduada pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB;
- Especialista em Saúde Mental pelas Faculdades Integrada de Patos;
- Especialista em Educação à Distância pela Universidade Paulista;
- Mestre em Serviço Social Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. IDENTIFICAÇÃO	8
3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL.....	10
3.1 Breve Histórico e Características do Município	10
3.3 Identificação da Rede de Serviços	19
3.3.2 Saúde	19
3.3.3 Cultura, Esporte e Lazer.....	19
3.3.4 Serviços Bancários e de Correspondências	20
3.3.5 Instituições Religiosas	20
3.3.7 Outros	20
4. REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	21
5. OBJETIVOS	26
5.1 Objetivo Geral.....	26
5.2 Objetivos Específicos.....	26
6. DIRETRIZES	28
7. METAS ESTABELECIDAS	29
8. RESULTADOS ESPERADOS.....	34
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	35
10. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS.....	36
11. FINANCIAMENTO	38
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXO.....	43

1. INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Assistência Social 2014–2017 responde a recomendação legal estabelecida pelos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) no âmbito da Política de Assistência Social, por meio da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que exige no seu artigo 30, alínea III, que os Municípios, Estados e Distrito Federal instituem o Plano de Assistência Social.

A Resolução nº 182, de 20 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em seu artigo 1º define que os Planos de Assistência Social serão plurianuais, abrangendo o período de 4 (quatro) anos, tanto para estados quanto para municípios.

O Plano Municipal de Assistência Social- PMAS, está embasado ainda nas normativas da Política de Assistência Social no cenário nacional, com especial destaque para a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), a Lei nº. 12.435/2011 – Lei do SUAS e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2012), além de pesquisas e estudos recentes e relevantes.

Nesse sentido, empenhado no fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social-SUAS, o município de Nova Olinda apresenta o Plano Municipal de Assistência Social como uma ferramenta estratégica de gestão de políticas públicas, visando conhecer e intervir nas condições socioeconômicas da população usuária desta política, adequada ao processo municipal de gestão da Assistência Social.

O PMAS é um reflexo da necessidade de serem realizadas ações planejadas no âmbito dessa política, pautada em diagnóstico da realidade socioterritorial e desenvolvidas com monitoramento e avaliação sistemática da execução e dos resultados obtidos.

O mesmo se configura não apenas como um cumprimento legal, sobretudo é um instrumento teórico-político, técnico-operacional e democrático voltado para o diagnóstico, o planejamento e a definição de ações que, contribuam para a efetivação da Política de Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado.

Deste modo, neste documento estão estabelecidos os objetivos, diretrizes, ações e metas da administração pública para a área da Assistência Social, e a organização das ações da gestão municipal com vistas à oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, visando a redução de riscos e vulnerabilidades sociais e pessoais, bem como a ampliação da provisão de condições de autonomia dos usuários dos serviços socioassistenciais e o seu protagonismo social.

O PMAS do município de Nova Olinda-PB está norteado pelo entendimento de que o mesmo constitui num mecanismo estratégico para a gestão social do município.

O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS\2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete a aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo (PNAS, 2004, p. 119).

O plano apresenta algumas características do município, como se efetuará a operacionalização da política da Assistência Social e as ações que se pretende desenvolver. Indica a instância coordenadora, de controle social e executora e apresenta ainda uma sistematização das ações previstas para os próximos anos.

O PMAS é fruto de uma reflexão técnico-política, marcado por uma construção coletiva, transparente e corresponsável. O seu processo de elaboração foi consolidado através de uma metodologia participativa, por meio das Conferências realizadas em 2013 e 2015, com a realização de oficinas marcadas por um profícuo debate, contando com a presença de gestores, trabalhadores do SUAS, conselheiros municipais de Assistência Social e de outros Conselhos de Direitos, e dos usuários da política.

Ainda nessa construção o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS, quadriênio 2014-2017 que, enquanto mecanismo de indução do aperfeiçoamento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios, expressa prioridades, metas nacionais e compromissos para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O mesmo foi apreciado pelo Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS do município de Nova Olinda, o qual se reuniu aos dias 25 de maio de 2016 para análise e aprovação deste plano. Sendo de conhecimento o conteúdo do mesmo por todos os membros, o CMAS por unanimidade, resolveu aprovar o presente plano, conforme Ata de nº 03/2016 e Resolução de número 03/2016, publicada no Diário Oficial do Município, anexa a este plano.

Deste modo, acreditamos que este PMAS represente um novo momento no acesso aos direitos sociais na história da Assistência Social do município de Nova Olinda, o qual possa se consolidar numa ferramenta política e institucional com capacidade de impactar nos serviços prestados aos usuários da Política de Assistência Social, trazendo assim uma contribuição efetiva para a modificação da situação de vulnerabilidade e risco social de grande segmento da população deste município.

2. IDENTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO: NOVA OLINDA-PB

Porte Populacional:

População censitária (IBGE/2010): 6.060 habitantes

População estimada (IBGE/2015): 5.999 habitantes

2.1 Prefeitura Municipal

Nome do Prefeito: Maria do Carmo Silva

Mandato do Prefeito: Início: 01/01/2013 Término: 31/12/2016

Endereço da Prefeitura: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Nova Olinda-PB. CEP: 58798-000

Site: <http://www.novaolinda.pb.gov.br/>

Telefone: (83)34591048/1066

2.2 Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social

Número da lei de criação do órgão:

Responsável: José de Anchieta Luis

Ato de nomeação do gestor:

Data nomeação: 01/01/2013

Endereço órgão gestor: Rua Getúlio Vargas, sn, Centro.

Telefone: (83)34591048/1066

E-mail: semasnovaolinda@gmail.com

2.3 Fundo Municipal de Assistência Social

Número da Lei de Criação: Lei Municipal Nº 227/1997

Nome da ordenadora de despesas do FMAS: Maria do Carmo Silva

Lotação: Gabinete da Prefeita

2.4 Conselho Municipal de Assistência Social

Número da Lei de Criação: Lei Municipal Nº 226/1997

Endereço CMAS: Av. Getúlio Vargas, s/nº, centro, Nova Olinda-PB.

Telefone: (83) 3459-1041

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Nome do Conselheiro (a)	Representatividade	Titularidade
Jair Cazé da Silva	Secretaria de Educação	Titular
Josefa Carlos de Moraes	Secretaria de Saúde	Titular
José de Anchiêta Luis	Secretaria de Assist. Social	Titular
Rivaldo Raimundo da Silva	Secretaria de Finanças	Suplente
Edvaldo Pinto Ramalho	Secretaria de Agricultura	Suplente
Joseane Rodrigues Dias	Secretaria de Saúde	Suplente

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

Nome do Conselheiro (a)	Representatividade	Titularidade
Maria Vilani Izidro	Pastoral	Titular
Irineu Eneas de Sousa	Sind. dos Trabalhadores	Titular
Inácio Luiz da Silva	Associação de Comunid. Rural	Titular
José Melo de Almeida	Associação de Comunid. Rural	Suplente
Severino do Ramos Silva	Radio Comunitária	Suplente

3. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

A realização de um diagnóstico socioterritorial pressupõe – conforme define a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS/2012, a identificação, caracterização e mapeamento: populacional, dos equipamentos e serviços disponíveis e não disponíveis na rede, as vulnerabilidades e demandas e, ainda, conhecimento do território. O envolve:

- I - processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, acompanhado da interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações de resultados e de impacto das ações planejadas;
- II - identificação da rede socioassistencial disponível no território, bem como de outras políticas públicas, com a finalidade de planejar a articulação das ações em resposta às demandas identificadas e a implantação de serviços e equipamentos necessários;
- III – reconhecimento da oferta e da demanda por serviços socioassistenciais e definição de territórios prioritários para a atuação da política de assistência social.
- IV – utilização de dados territorializados disponíveis nos sistemas oficiais de informações (NOBSUAS, 2012).

O conhecimento da realidade, com base em indicadores relevantes, incluindo os indicadores específicos, é condição necessária para ser viabilizada a função de Vigilância Social estabelecida na PNAS\2004:

Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem famílias\pessoas nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), pessoas com a redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração, de violência e de ameaça; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção sexual; vítima de apartação social que lhes impossibilite autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi- residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários (p. 29-40).

3.1 Breve Histórico e Características do Município

A origem do município de Nova Olinda data de 1870, com a implantação do Engenho Olinda, de propriedade de Antônio de Souza Dias. Em 1877 já se contavam vários moradores na região, recentemente vindos de Portugal. A sede da fazenda situava-se na margem esquerda do riacho atualmente denominado Gravatá, ponto de apoio dos religiosos procedentes de Recife e Fortaleza.

Couberam aos filhos de Antônio Dias a consolidação do desenvolvimento do núcleo. Jô de Souza Dias construiu a primeira casa, além das então existentes no Engenho. Logo depois, chegaram seu sobrinho, Irineu de Souza, e o Coronel Abílio Rodrigues dos Santos, que mais tarde doou terreno para construção da capela, orientado pelo padre Severino Ramalho, vigário de Piancó. Em 1902, esta passou por grande reforma, tendo João Barreiro doado a imagem de Nossa Senhora dos Remédios. Nessa época foi mudado o topônimo de Furada para Nova Olinda. Em 1951 a capela foi demolida e, no mesmo local, se ergueu a Igreja Matriz. A paróquia foi criada em 1965, pertencendo a Diocese de Patos.

Com o desenvolvimento do povoado, organizou-se uma feira livre, com grande movimento. Mais tarde, foram instaladas a Agência dos Correios e Telégrafos, e a Estação Pluviométrica. Entre os pioneiros, além do fundador, estão Raimundo Epaminondas, Moisés Rodrigues de Souza, Ideão de Souza.

Quanto a sua formação administrativa, inicialmente o distrito criado com a denominação de Andreza, dado pela lei estadual nº 520, de 31-12-1943, subordinado ao município de Piancó. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Andreza figura no município de Piancó. Pela lei estadual nº 168, de 05-11-1948, o distrito de Andreza passou a denominar-se Nova Olinda. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito já denominado Nova Olinda figura no município de Piancó. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Nova Olinda, pela lei estadual nº 2668, de 22-12-1961, desmembrado de Piancó. Sede no antigo distrito de Nova Olinda. Constituído do distrito sede. Instalado em 25-10-1962. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

O município de Nova Olinda está localizado na região oeste do estado da Paraíba, limitando-se a sul com Princesa Isabel e Tavares, a oeste com Pedra Branca, a norte e nordeste com Santana dos Garrotes e a leste com Juru. Ocupa uma área de 84km², inserida nas folhas Itaporanga (SB.24-Z-C-II), Piancó (SB.24-Z-C-III), Serra Talhada (SB.24-Z-C-V) e Afogados da Ingazeira (SB.24-Z-C-VI), ESCALA 1:100.000, editadas pelo MINTER/SUDENE em 1972.

Os limites do município podem ser observados no Mapa de Recursos Minerais do estado da Paraíba na escala 1:500.000, resultante do convênio CPRM/CDRM (Serviço Geológico do Brasil), publicado em 2002. A sede municipal apresenta uma altitude de 350m e coordenadas geográficas de 38° 02' 31'' longitude oeste e 07° 28' 47'' de latitude sul. O

acesso a partir de João Pessoa é feito pela BR-230 até a cidade de Patos, onde toma-se a BR-361 até a cidade de Piancó, daí segue-se pela BR-426 até a sede municipal, distante cerca de 430 km da capital. Outro acesso é por Pedra Branca, seguindo pela PB361 até Itaporanga, depois pela PB354. Podemos ainda dizer que Nova Olinda está situada na Mesorregião do Sertão Paraibano e na Microrregião da Depressão do Alto Piranhas.

O município possui um Distrito, Manguenza, e diversas comunidades rurais, dentre as quais se destacam: Santo Amaro, Canto, Riacho Vermelho, Andresa, São Domingos, Favela, Pedra Branca, Umbuzeiro, Gatos, Saco da Pedra, Saco, Cipó, Zé Ramos.

Segundo o documento, Diagnóstico do Município feito pelo Ministério de Minas e Energia, em termos climatológicos, o município acha-se inserido no denominado “Polígono das Secas”, constituindo um tipo semiárido quente e seco. As temperaturas são elevadas durante o dia, amenizando-se a noite, com variações anuais dentro de um intervalo 23 a 30°C, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca. O regime pluviométrico, além de baixo, é irregular, com médias em torno de 840mm/ano, e mínimas e máximas de 367,9 e 1690,9 mm/ano respectivamente, isso quando não há secas.

Devido às oscilações dos fatores climáticos, podem ocorrer variações com valores para cima ou para baixo do intervalo referenciado. No geral, caracteriza-se pela presença de apenas 02 estações: a seca que constitui o verão, cujo clímax é de setembro a dezembro e a chuvosa denominada pelo sertanejo de inverno.

A vegetação é de pequeno porte, típica de caatinga xerofítica, onde se destaca a presença de cactáceas, arbustos e árvores de pequeno e médio porte. Os solos são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo de composição areno-argilosa, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de solos de aluvião.

A rede de drenagem é do tipo intermitente e seu padrão predominantemente dentrítico. Devido à existência de fraturas geológicas, mostra variações para retangular e angular. Os riachos e demais cursos d’água que drenam a área, pertencem a denominada Bacia do Piancó. De acordo com amostras coletadas para análise das águas subterrâneas do município, os resultados mostraram a predominância de 65% de água salobra, 29% de água doce e 6% de salina.

O relevo acha-se incluso na denominada “Planície Sertaneja”, a qual constitui um extenso pedi plano arrasado, onde localmente se destacam elevações alongadas e alinhadas com o “trend” da estrutura geológica regional.

Ainda segundo estudos, temos aqui no município uma grande quantidade de ferro, o minério mais produzido e utilizado no mundo.

O município de Nova Olinda encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio Piancó. Seus principais tributários são os riachos Campos, Canoas e Gravatá. O principal corpo de acumulação é o açude Saco (98.000.000m). Todos os cursos d'água no município têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dentrítico. Como já foi citado anteriormente estudos mostraram que a maior parte das águas do município é salobra, 65%. O restante – 6% é constituído por água salina e somente 29% por água doce. Isso explica o fato de que, quando não tínhamos água encanada, em várias residências possuíam poços, chamados cacimbões, e a água era mesmo muito salobra. Mesmo assim, utilizada na cozinha, para banhos e lavar roupas.

A barragem do açude Saco está implantada no local Serra Furada, recebendo o maior volume de água do Rio Gravatá. Construída através de tecnologia avançada “concreto rolado”, sendo na época da sua construção a 1ª na América Latina a ser construída nesse estilo. O manancial é utilizado no abastecimento humano, animal, na piscicultura e na irrigação, sendo administrado pela AESA (Agência Executiva de Gestão de Água da Paraíba) e gerenciada pela Associação dos Usuários de Água, que tem como objetivo preservá-la de maneira racional, de modo a assegurar sua existência com qualidade e quantidade suficiente para suprir as necessidades atuais e também das gerações futuras. Também é possível perceber um grande potencial turístico na barragem, que, por não haver nenhuma estrutura para receber as pessoas que a visitam quais sejam, barracas, comidas, bebidas, acesso adequado ao local, entre outros, não é valorizado e aproveitado devidamente pelas autoridades e pela população, que deixa, dessa forma, de dispor de uma das áreas mais favoráveis, sobretudo ao turismo ecológico e à geração de renda agrícola da região.

3.2 Aspectos Populacionais

De acordo com último censo do IBGE (2010), Nova Olinda constitui-se como um município de pequeno porte, com população de 6.457 habitantes. Deste total, 3.146 são homens e 3.311 são mulheres. Sendo a população distribuída por faixa etária conforme quadro abaixo:

TABELA 1

Faixa Etária	Total
0 a 4 anos	455
5 a 9 anos	588
10 a 14 anos	676
15 a 19 anos	693
20 a 24 anos	560
25 a 29 anos	461
30 a 39 anos	815
40 a 49 anos	639
50 a 59	524
60 a 69	355
70 anos ou mais	334

TABELA 1: Amostra da população distribuída por faixa etária, conforme dados do IBGE (2010).

A cidade possui cerca de 1.432 domicílios particulares, destes um total de 787 possuem sistema de esgotamento sanitário e outros 880 são atendidos pelo sistema estadual de abastecimento de água e 744 dispõem de serviço de coleta de lixo.

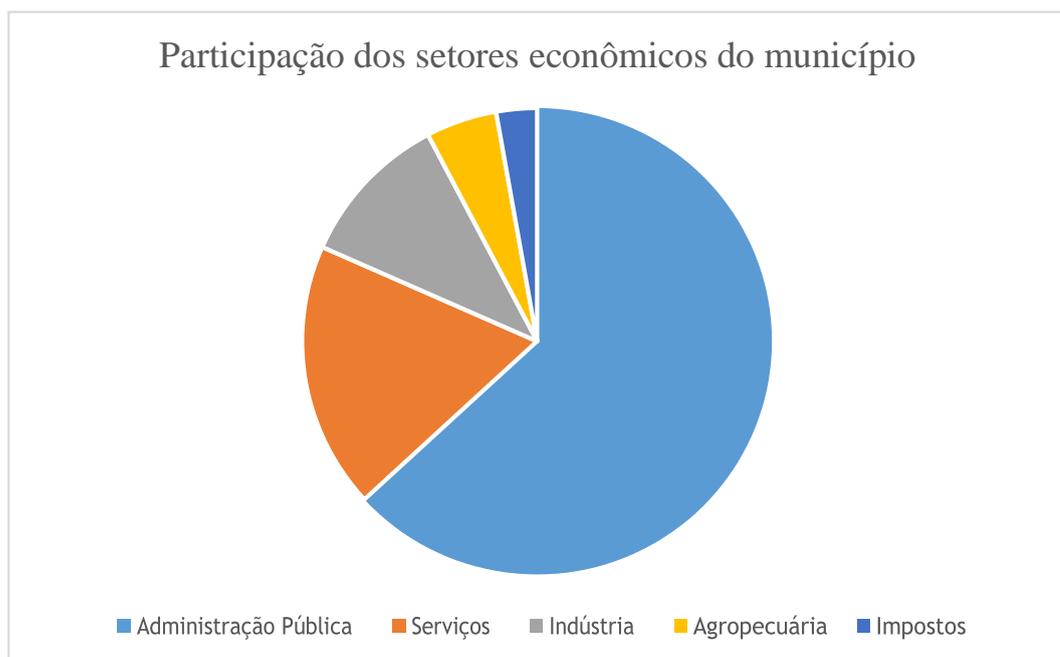
O município possui um comércio pequeno, atualmente existem cerca de 50 atuantes com CNPJ. A principal atividade econômica do município continua sendo a agricultura, seguida de atividades de criação de bovinos e caprinos. O município possuía 418 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 88% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 75% da área, ocupavam 89% da mão-de-obra do setor e participavam com 98% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, temos 811 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, o índice de Desenvolvimento Humano-IDH do município é de 0,573, (2000). Este índice revela o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população. No cálculo do IDH são computados os seguintes fatores: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e Produto Interno Bruto per capita.

No caso de Nova Olinda, os dados mostram que em relação a educação, a taxa de alfabetização de pessoas com idade igual ou superior a 10 anos é de 65,9%, com o que corresponde a 3.256 pessoas. No município existem atualmente cerca de 201 crianças matriculadas no Pré- escolar, 902 no Ensino Fundamental e 177 do Ensino Médio. Sendo a taxa de frequência escolar de 0,620.

Já em relação a expectativa de vida, Nova Olinda acompanha o índice apresentado em relação ao Brasil que é de 73,62 anos. O índice de esperança de vida no município é de 0,843. A estrutura demográfica apresentada mudanças no município, entre os anos de 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,3% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 7,5% da população, já em 2010 detinha 10,9% do total da população municipal. O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -3,4% ao ano. Crianças e jovens detinham 37,6% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 2.431 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 28,2% da população, totalizando 1.714 habitantes.

Quanto a produção econômica entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 48,5%, passando de R\$ 15,1 milhões para R\$ 22,4 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 70,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,09% para 0,08% no período de 2005 a 2010.



Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 2.058 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 1.846 estavam ocupadas e 211 desocupadas. A taxa de participação ficou em 40,7% e a taxa de desocupação municipal foi de 10,3%. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 19,0% tinham carteira assinada, 31,3% não tinham carteira assinada, 16,5% atuam por conta própria e 0,0% de empregadores. Servidores públicos representavam 5,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 28,0% dos ocupados. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 19,0% tinham carteira assinada, 31,3% não tinham carteira assinada, 16,5% atuam por conta própria e 0,0% de empregadores. Servidores públicos representavam 5,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 28,0% dos ocupados.

Ainda segundo o IBGE (2010), Quanto à ocupação, 8,36% dos responsáveis pelo domicílio encontram-se desempregados. Da população total do município, 1.475 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 24,3% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 987 (66,9%) viviam no meio rural e 488 (33,1%) no meio urbano

Como vemos, o índice de pobreza no município é muito alto, o que corresponde a 58,27 % da população. Desta forma, a maioria encontra nos programas sociais de transferência de renda, sua principal fonte de sustento.

De acordo com os registros de fevereiro de 2016 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2016 do Programa Bolsa Família, o município de Nova Olinda possui: - 1.551 famílias registradas no Cadastro Único - 1.177 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a (61,09 % da população do município).

Abaixo, dados de beneficiários do PBF que residem em domicílio próprio.



Fonte: Senso Demográfico IBGE
(2010)

Em abril de 2016, o município tinha 1.177 famílias no Programa Bolsa Família. Isso representa 134,05 % do total estimado de famílias do município com perfil de renda do programa (cobertura de 134,05 %). Foram transferidos R\$ 214.788,00 às famílias beneficiárias do Programa em abril de 2016. De junho de 2011 (início do Plano Brasil Sem Miséria) a abril de 2016, houve aumento de 12,85 % no total de famílias beneficiárias. Em março de 2013, o benefício do Brasil Carinhoso, inicialmente pago a famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 15 anos, foi estendido a todas as famílias do Bolsa Família. Com a mudança, todas as famílias do programa superaram a extrema pobreza.

Ao entrar no Bolsa Família, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola; as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; e as gestantes devem fazer o pré-natal.

No município, 87,90 % das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 86,70 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de assistência social e de educação continuem trabalhando juntas para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

Na área da saúde, o acompanhamento chega a 92,37 % das famílias com perfil, ou seja, aquelas com crianças de até 7 anos e/ou com gestantes. A média nacional é de 76,81 %. O município está acima da média, mas ainda assim é importante que as secretarias de

assistência social e de saúde continuem trabalhando em articulação para aumentar o número de famílias com acompanhamento de saúde. Benefícios variáveis gestantes e nutrizes Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrizes. Em abril de 2016, 24 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 38 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

Segundo o IBGE (2010), 3.34% da população total tem uma deficiência grave. Ainda nesse contexto, pelo menos 2% da população possui uma deficiência grave com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Quanto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada-BPC Idoso e Deficiente, (janeiro de 2016), há 66 pessoas.

Em 2015, a soma de recursos transferidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e pelo Bolsa Família (R\$ 3.003.369,69) representa 57,60 % do valor transferido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$ 5.214.217,51). De 2004 a 2015, a soma de recursos transferidos pelo Programa Bolsa Família teve aumento de 267,43 %.

O município ainda é parceiro de outros programas do Governo Federal a exemplo do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Brasil Sem Miséria). O Pronatec Brasil Sem Miséria oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional com duração mínima de 160 horas para pessoas com mais de 16 anos de idade, prioritariamente aqueles que estejam inscritos no Cadastro Único.

De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foram efetuadas 35 matrículas em cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria no município de Nova Olinda. Para 2014, foram pactuada a oferta de 35 vagas do Pronatec Brasil Sem Miséria no município.

Outro programa presente no município é o Água para Todos, que tem o objetivo de garantir amplo acesso à água potável para as populações rurais. Isso é fundamental para a segurança alimentar e nutricional não só por causa do consumo da água pelas famílias, mas também porque o acesso à água amplia a produção de alimentos e a criação de animais, que podem ser consumidos (com impacto na situação alimentar e nutricional) e gerar excedentes a serem comercializados, propiciando renda e melhorando a vida das famílias.

O Programa Água para Todos implanta cisternas para o armazenamento de água para o consumo humano. A população beneficiada recebe orientações sobre o manuseio da água, melhorando seu aproveitamento e diminuindo a incidência de doenças causadas pela falta de informações e de cuidados com a água consumida. De janeiro de 2011 à março de 2016, foram entregues 53 cisternas de armazenamento de água para consumo. A demanda

identificada no meio rural do município, conforme informações do Cadastro Único, é de 198 famílias sem acesso a água.

3.3 Identificação da Rede de Serviços

No que diz respeito à existência de equipamentos comunitários e serviços públicos, localizados por todo o território do município – os quais beneficiam os moradores das áreas urbana e rural, podemos identificá-los subdividindo-os da seguinte forma:

3.3.1 Educação

- O município possui duas Escolas Estaduais localizadas na zona urbana, a qual disponibiliza ensino fundamental e médio e outra na zona rural que oferta apenas o ensino infantil e fundamental.
- Já na rede municipal, Nova Olinda possui seis Escolas Municipais, sendo duas na zona urbana direcionada ao ensino infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos e quatro na zona rural, as quais disponibilizam ensino infantil e ensino fundamental.
- Ainda conta na rede municipal de ensino, duas creches localizadas na zona urbana e rural.

3.3.2 Saúde

- São quatro Unidades Básicas de Saúde das Equipes de Saúde da Família - ESF; sendo uma unidade mista.
- Uma Farmácia Básica;
- Um Núcleo de Apoio ao Saúde da Família – NASF;
- Uma Unidade Básica do SAMU.

3.3.3 Cultura, Esporte e Lazer

- Três Praças, sendo uma de evento e outra de atividades de lazer e esporte;
- Dois Ginásios Poliesportivos;

- Duas Áreas de Lazer Particulares.

3.3.4 Serviços Bancários e de Correspondências

- Uma Agência dos Correios/Banco do Brasil Postal.
- Uma Agência do Bradesco
- Uma Casa Lotérica.

3.3.5 Instituições Religiosas

- Oito unidades católicas, sendo uma matriz da Igrejas Católicas na zona urbana e 07 capelas na zona rural;
- Quatro Igrejas Evangélicas.

3.3.6 Entidades e Organizações Comunitárias

- Um Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Educação;
- Um Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- Duas Pastorais: Pastoral da Criança e a Pastoral do Dízimo.

3.3.7 Outros

- Uma Delegacia;
- Um Conselho Tutelar
- Um Escritório da EMATER;
- Um Cartório de Registro Civil.
- Dois Escritórios Particulares de Advocacia;
- Um Escritório Particular de Contabilidade;
- Duas Clínicas particulares de Odontologia

4. REDE PRESTADORA DE SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O município de Nova Olinda é caracterizado, conforme NOB/SUAS (2012), como de Pequeno Porte I, ou seja, possui apenas 1 CRAS para referenciar 2.550,00 famílias. O seu nível de Gestão é básica, sendo responsável pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários; que promovam os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e transferência de renda e que vigiem direitos violados no território.

4.1. Proteção Social Básica

- **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O PAIF é ofertado no Centro de Referência da Assistência Social que possui equipe multidisciplinar para o atendimento das famílias e indivíduos e caracteriza-se por um conjunto de ações relativas à acolhida, informação e orientação, inserção em serviços da assistência social, tais como socioeducativos e de convivência, encaminhamentos a outras políticas, promoção de acesso à renda e, especialmente, acompanhamento sociofamiliar.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos até 6 anos**

Tem por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao PAIF. Pauta-se no reconhecimento da condição peculiar de dependência, de desenvolvimento desse ciclo de vida e pelo cumprimento dos direitos das crianças, numa concepção que faz do brincar, da experiência lúdica e da vivência artística uma forma privilegiada de expressão, interação e proteção social. Desenvolve atividades com crianças, inclusive com crianças com deficiência, seus grupos

familiares, gestantes e nutrizes. Com as crianças, busca desenvolver atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização centradas na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas, acesso a brinquedos favorecedores do desenvolvimento e da sociabilidade e momentos de brincadeiras fortalecedoras do convívio com familiares. Com as famílias, o serviço busca estabelecer discussões reflexivas, atividades direcionadas ao fortalecimento de vínculos e orientação sobre o cuidado com a criança pequena.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes entre 7 a 13 anos**

Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para re-significar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes de 14 a 17 anos:**

Tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e contribui para o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio do desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. As atividades abordam as questões relevantes sobre a juventude, contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que reflitam no desenvolvimento integral do jovem. As atividades também desenvolvem habilidades gerais, tais como a capacidade comunicativa e a inclusão digital de modo a orientar o jovem para a escolha profissional, bem como realizar ações com foco na convivência social por meio da arte-cultura e esporte-lazer.

- **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos**

Tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social está pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considera que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social.

- **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência**

O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. O acompanhamento das pessoas com deficiência e idosas é feito em parceria com os agentes comunitários de saúde da Estratégia de Saúde da Família.

- **Oficinas de Inclusão Produtiva**

Tem por finalidade o Fortalecimento da família como unidade básica e auxiliá-la a superar as condições de vulnerabilidade econômica. A inclusão produtiva promove ações que possibilitam a aquisição de novas habilidades, contribuindo para o processo de emancipação social dos indivíduos, diminuindo a dependência de programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal, gerando economia, potencializando o artesanato e o saber-fazer local. Proporcionam o aprimoramento pessoal e desenvolvimento de habilidades para geração de renda. As atividades desenvolvidas incluem: oficina de produção de sabão caseiro, padaria comunitária, trabalhos manuais e produção de enfeites de natal com material reciclado.

- **BPC na Escola**

Tem como objetivo desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Tem como principal diretriz a identificação das barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de crianças e adolescentes com deficiência na escola e o desenvolvimento de ações intersetoriais, envolvendo as políticas de educação, de assistência social, de saúde e de direitos humanos, com vistas à superação dessas barreiras.

O BPC na Escola tem quatro eixos principais: 1) identificar, entre os beneficiários do BPC até 18 anos, aqueles que estão na escola e aqueles que estão fora da escola; 2) identificar as principais barreiras para o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; 3) desenvolver estudos e estratégias conjuntas para superação dessas barreiras; e 4) manter acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao programa.

- **Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O PBF contribui para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome, além de reforçar ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio dos cumprimentos das condicionalidades.

Na proteção social básica a equipe técnica faz o acompanhamento das Famílias em descumprimento das condicionalidades do PBF através do acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, implementar ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

Ainda no âmbito do PBF são pensadas ações de qualificação profissional através do desenvolvimento de cursos de qualificação profissional visando a preparação do cidadão para que possa aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho.

4.2. Proteção Social Especial

- **Proteção Social Especial de Média Complexidade**

Não existe rede de média complexidade no município. Esse serviço é realizado pela equipe técnica do CREAS Regional do governo do estado, o qual está localizado na cidade de Manaíra, a 91,4 km de distância da cidade de Nova Olinda.

Desta forma, em parceria com o CREAS Regional, algumas questões de média complexidade são atendidas pela equipe da proteção social básica. Como por exemplo, o acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Contribui para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

5. OBJETIVOS

A Política de Assistência Social a que se refere este Plano visa desenvolver e apoiar ações voltadas à proteção social básica de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade sociais, garantindo-lhes o aprofundamento das seguranças estabelecidas no Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

5.1 Objetivo Geral

- Este Plano Municipal de Assistência Social objetiva reunir toda a demanda de aprimoramento da Política Municipal de Assistência Social na gestão do SUAS – envolvendo os serviços e benefícios ofertados, a sua gestão, e os mecanismos de participação e controle social, fixando as diretrizes, estratégias, ações e metas para sua contemplação, bem como formas de realizar o acompanhamento do seu desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação.

5.2 Objetivos Específicos

- Relacionar os principais indicadores socioeconômicos municipais, estabelecendo um perfil socioterritorial que contribua para proporcionar a compreensão acerca dos principais problemas e vulnerabilidades sociais que demandam atenção das políticas públicas, em especial da Política Municipal de Assistência Social;
- Descrever o trabalho realizado no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, ou seja, a cobertura da rede prestadora de serviços socioassistenciais;
- Agrupar as várias demandas para a Política, provenientes de procedimentos e documentos diversos: Propostas aprovadas na última Conferência Municipal de Assistência Social (2015); Plano Plurianual 2014-2017; Pacto de Aprimoramento da Gestão do Suas, também de 2013;
- Organizar as demandas por eixos: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial; Gestão do SUAS; Controle Social; Benefícios e Transferência de Renda;
- Fixar, para cada eixo, diretrizes, estratégias, ações e metas;

- Realizar as Conferências Municipais de Assistência Social com o compromisso de torná-las o maior fórum de participação social do município de Santa Cruz no âmbito do SUAS, extraindo dela os anseios e requisições coletivas a serem priorizadas nas ações da gestão;
- Considerar o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS como instrumento de orientação, planejamento e avaliação das ações do SUAS e, portanto, como norteador de todas as atividades, de alcance transversal, perpassando desde a gestão até a execução dos serviços socioassistenciais;
- Estabelecer as ações de transferência de renda como instrumento de superação das situações de fragilidade e incapacidades relacionadas à pobreza e a extrema pobreza, considerando o Programa Bolsa Família - PBF, em seus eixos de ação e suas ações complementares, como pilar desta modalidade de serviço socioassistencial;
- Utilizar o Cadastro Único como equipamento superior de identificação e sistematização das realidades sociais das famílias e indivíduos que vivem em situação de pobreza, visando a implementação de políticas específicas e ações coordenadas com os serviços socioassistenciais;
- Promover o desenvolvimento dos trabalhadores do SUAS, de forma sistemática e na perspectiva da efetivação de seus direitos, melhoria nas condições de trabalho e oferta continuada de aprimoramento técnico sob a égide da educação permanente em Assistência Social.

6. DIRETRIZES

As diretrizes deste PMAS partem da análise do diagnóstico territorial, o qual envolve as demandas sociais, os indicadores sociais, econômicos e demográficos, à rede social existente, os investimentos públicos e a capacidade de gestão.

- I- Descentralização política-administrativa e comando único das ações;
- II- Participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III- Primazia da responsabilidade do município na condução da Política de Assistência Social.
- IV- Desenvolvimento de ações com base na territorialização, na matricialidade sociofamiliar e na intersetorialidade com as demais políticas públicas.

7. METAS ESTABELECIDAS

Estabelecidos os Objetivos e Diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social, este tópico propõe apresentar as prioridades, metas e prazos da Gestão Municipal, no que concerne a execução da Política de Assistência Social no âmbito local, dentro do quadriênio 2014-2017. Para melhor exposição e compreensão das prioridades e metas, as mesmas foram divididas em 03 eixos, sendo esses: Gestão do SUAS, Proteção Social Básica e Controle Social.

Essas metas expressam o compromisso para o aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Para tal, serão consideradas as deliberações das Conferências Municipais de Assistência Social realizadas em 2013 e 2015, bem como as prioridades estabelecidas pelo Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS 2014-2017.

TABELA 2:

EIXO 1: GESTÃO DO SUAS		
PRIORIDADES	METAS	PRAZO
1. Estruturar a SMAS com formalização de áreas essenciais;	1.1 Estruturar, organizacionalmente a SMAS com a formalização de áreas essenciais (inclusive a Vigilância Socioassistencial), conforme as legislações vigentes e as orientações técnicas pertinentes.	2014-2017
2. Adequar a legislação Municipal à Legislação do SUAS;	2.1 Elaborar e implantar a Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS em Nova Olinda-PB, definindo percentual de vinculação dos recursos municipais à execução da Política Municipal de Assistência Social.	2014-2017
3. Valorizar e qualificar os trabalhadores do SUAS	a. Elaborar o plano de cargos, carreiras e salários que garantam a progressão funcional e o incentivo à qualificação dos trabalhadores do SUAS;	2014-2017
	b. Elaborar e executar o Plano de Capacitação em consonância com as diretrizes da Política Nacional de capacitação, visado à formação continuada de 100% dos trabalhadores da área, em parceria com o CMAS;	2014-2017

	c. Garantir o orçamento anual da Assistência Social para investir no plano permanente para a capacitação dos trabalhadores da rede socioassistencial.	2014-2017
4. Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social;	4.1 Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2018-2021.	2017
5. Realizar as Conferências Municipais de Assistência Social	5.1 Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social em 2015, observando os prazos e as etapas de mobilização social e realização das pré-conferências.	2015
	5.2 Realizar a Conferência Municipal de Assistência Social em 2017, observando os prazos e as etapas de mobilização social e realização das pré-conferências.	2017
6. Fortalecer o Controle Social	6.1 Realizar sistematicamente o repasse de informações ao CMAS, como instância de Controle Social do Programa Bolsa Família;	2014-2017
	6.2 Assegurar o repasse de 3% dos recursos do IGD para o CMAS.	2014-2017

TABELA 3:

EIXO 2: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		
PRIORIDADES	METAS	PRAZO
1. Acompanhar pelo PAIF as famílias com até ½ salário registradas no Cadastro Único	1.1 Acompanhar pelo PAIF 300 famílias com até ½ salário registradas no Cadastro Único;	2014-2017
2. Acompanhar pelo PAIF as famílias com membros integrantes do BPC	2.1 Acompanhar 40 famílias com membros integrantes do BPC;	2014-2017
3. Inserir no CadÚnico	3.1 Inserir 70 beneficiários do BPC no Cadastro Único;	2014-

beneficiários do BPC		2017
4. Acompanhar pelo PAIF as famílias beneficiárias do PBF	<p>4.1 Acompanhar pelo menos 200 famílias beneficiárias do PBF, com prioridade às famílias em situação de descumprimento de condicionalidade;</p> <p>4.2 Acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que apresentem outras vulnerabilidades sociais, para além da insuficiência de renda.</p>	2014-2017
5. Reordenar e qualificar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes e idosos.	<p>5.1 Incluir 90 usuários (50%) em situação prioritária do SCFV no Sistema de Informação do Serviço de Convivência – SISC;</p> <p>5.2 Realizar o cadastramento e/ou atualização dos cadastros dos usuários (crianças, adolescentes e idosos) do SCFV, observando as situações prioritárias;</p> <p>5.3 Realizar e apoiar ações de capacitação continuada para equipe técnica do SCFV;</p> <p>5.4 Realizar reuniões de avaliação e planejamento das atividades do SCFV (ação de referenciamento realizada pelo CRAS);</p> <p>5.5 Viabilização de equipe, equipamentos e materiais permanentes que contribuam para a agilização e qualificação do atendimento prestado;</p> <p>5.6 Realizar monitoramento mensal da frequência dos usuários dos SCFV.</p>	2014-2017
6. Acompanhar usuários do Programa BPC na Escola	6.1 Acompanhar as crianças e adolescentes usuários de BPC que estão frequentando a Escola e aqueles que encontram barreiras de acesso.	2014-2017
7. Regulamentar a Lei Municipal dos Benefícios Eventuais	7.1 Regulamentar e efetivar, através de Lei, os Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social.	2015
	7.2 Realizar estudos diagnóstico acerca das demandas para Benefícios Eventuais, incluindo o perfil dos usuários, demanda de atendimentos e demanda reprimida/não atendida.	2016-2017

8. Aprimoramento da gestão do Cadastro Único	8.1 Realizar o cadastramento e atualização cadastral de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica do município.	2014-2017
9. Ampliar e qualificar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	<p>9.1 (Re)estruturar o espaço físico do CRAS, no sentido de assegurar as condições adequadas de trabalho, de acordo com a legislação específica;</p> <p>9.2 Fortalecer ações integradas com a rede de proteção socioassistencial;</p> <p>9.3 Acompanhar, monitorar e avaliar de forma sistemática os serviços socioassistenciais no âmbito da proteção social básica;</p> <p>9.4 Melhorar a qualidade e promoção da humanização dos atendimentos no CRAS.</p>	2014-2017

TABELA 4:

EIXO 3: CONTROLE SOCIAL		
PRIORIDADES	METAS	PRAZO
1. Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos CMAS;	1.1 Assegurar no CMAS representantes de usuários e trabalhadores do SUAS na representação da sociedade civil	2014-2017
2. Regularizar o CMAS como instância de Controle Social do PBF;	2.1 Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como instância de controle social do PBF	2014-2017
3. Realizar as Conferências Municipais de Assistência Social;	3.1 Realizar a VI Conferência Municipal de Assistência Social, com o apoio logístico necessário;	2015
	3.2 Realizar a VII Conferência Municipal de Assistência Social, com o apoio logístico necessário;	2017
	4.1 Criar cargo de secretária executiva e de assessoria técnica do CMAS;	2014-2017

4. Assegurar o funcionamento e fortalecimento das ações do CMAS	4.2 Atualizar os instrumentos normativos do CMAS (regimentos interno, leis etc.);	2014-2017
	4.3 Viabilizar um imóvel para sede do CMAS, assegurando acessibilidade, mobiliário, material de informática e material de expediente.	2014-2017
5. Garantir a qualificação dos conselheiros do CMAS	5.1 Elaborar um plano de capacitação continuada para os conselheiros com enfoque em dimensões temáticas;	2014-2017
	5.2 Viabilizar a Educação Permanente para os conselheiros do CMAS com o apoio das universidades na modalidade de ensino presencial (Capacita SUAS).	2014-2017
6. Fortalecer o Controle Social	6.1 Realizar sistematicamente o repasse de informações ao CMAS, como instância de Controle Social do Programa Bolsa Família;	2014-2017
	6.2 Assegurar o repasse de 3% dos recursos do IGD para o CMAS.	2014-2017

8. RESULTADOS ESPERADOS

- Aplicação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Sítio Canto e Manguenza;
- Diminuir o índice de evasão escolar de crianças e adolescentes;
- Redução da ocorrência de vulnerabilidades no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Melhoria na qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS;
- Melhoria na condição de isolamento do idoso;
- Prevenção da ocorrência de formas de violências a crianças, adolescentes, gestantes, mulheres e idosos.
- Maior cobertura de atenção às famílias beneficiárias do PBF;
- Aprimorar a rede de serviços socioassistenciais (estrutura física);
- Fortalecimento do Controle Social;
- Criação do Plano de Cargos e Carreiras para os profissionais da Assistência Social;
- Aprimorar a Gestão do SUAS;
- Integração entre as diversas áreas de políticas públicas para atendimento ao público da política de assistência social;
- Qualificação do SCFV para crianças, adolescentes e jovens;
- Garantia da prestação do PAIF em consonância como os padrões de qualidade estabelecidos nacionalmente;

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando o Plano Municipal de Assistência Social como um instrumento prático, torna-se necessário seu o monitoramento e avaliação, com os devidos reajustes constantes, seja em face de novos acontecimentos ou situações, seja para correção/alterações dos objetivos e estratégias anteriormente definidos ou redefinidos, ao longo de sua implementação (BRASIL, 2008).

Para monitorar e avaliar o desenvolvimento das ações previstas neste Plano, assim como suas metas e a execução financeira, deverá ser estabelecido alguns instrumentos e estratégias de controle. Para tal, será necessário o monitoramento sistemático e contínuo das ações previstas no PMAS e avaliação anual, com elaboração de relatório, realizado a partir dos indicadores estabelecidos, assinalando os avanços obtidos e as dificuldades encontradas, bem como as possíveis soluções. Isso possibilitará instrumentalizar as decisões do gestor quanto às intervenções e medidas necessárias a serem estabelecidas para efetivar as ações estratégicas propostas.

Nesse sentido, são estabelecidos os seguintes instrumentos e estratégias de controle: Reuniões trimestrais da equipe técnica e gestor para verificação do cumprimento das metas e execução financeira das ações, como também avaliação da oferta dos serviços e benefícios da política de assistência social; Elaboração de Planos de Ação Anual para desenvolver e acompanhar ações, metas e orçamento previstos; Relatórios anuais de execução das ações desenvolvidas a serem submetidos ao Conselho Municipal de Assistência Social; Realização de Conferências Municipais de Assistência Social.

Todo esse processo fornece aos gestores instrumentos úteis e necessários para tomar decisões e realizar intervenções de acordo com as reais necessidades do município, visando a sua adequação gradativa aos padrões estabelecidos nas normativas do SUAS.

10. RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS

Tendo em vista que a Política de Assistência Social atribui à esfera local responsabilidades específicas nas provisões e garantias de direitos, torna-se condição imperativa para o desenvolvimento desta área a estruturação e qualificação de sua rede socioassistencial na perspectiva da garantia de recursos orçamentários e financeiros, de modo que assegure investimentos em todos os campos, com destaque para a provisão de recursos humanos efetivos com o objetivo de garantir a prestação dos serviços exclusivamente públicos e de gestão da política.

Nesta perspectiva, entendemos que a qualificação dos recursos humanos disponíveis, a ampliação do quadro de profissionais e a realização de concurso público para o ingresso qualificado de trabalhadores tornam-se imprescindíveis para o avanço da Política de Assistência Social no município de Nova Olinda/PB.

TABELA 5:

RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS			
UNIDADE	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE	VÍNCULO
SEMAS	Secretário Municipal de Assistência Social	Ensino Médio Completo	Comissionado
	Gestor do PBF	Superior Completo	Efetivo
	2 Cadastrador do PBF	Ensino Médio Completo	Efetivo Contrato
	2 Entrevistador do PBF	Ensino Médio Completo	Contratado Contratado
CRAS Terezinha Jacob Luis	Coordenador	Ensino Superior/Mestre	Efetivo
	Fisioterapeuta	Ensino Superior/Especialista	Efetivo
	Assistente Social	Ensino Superior/Mestre	Efetivo
	Psicóloga	Ensino Superior/Especialista	Efetivo
	Psicóloga	Ensino Superior/ Especialista	Efetivo
	Técnico de Nível Médio – Orientador Social	Ensino Superior Completo	Efeito
	Técnico de Nível Médio – Técnico Administrativo	Ensino Médio Completo	Contratado
Técnico de Nível	Ensino Médio Completo	Contratado	

	Médio - Recepcionista		
	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Médio Completo	Efeito
	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Efeito
SCFV	Oficineiro	Ensino Médio	Contrato
	Orientador Social	Ensino Médio	Contrato
	Orientador Social	Ensino Médio	Contrato
	Orientador Social	Ensino Médio	Contrato
	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Efetivo
	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Efetivo
	Coordenador	Ensino Superior	Contratado

11. FINANCIAMENTO

Os recursos para a Política de Assistência Social no Município de Nova Olinda/PB provêm de fontes livres (Fundo de Participação dos Municípios) e vinculadas (Receitas Federal e Estadual, através do Fundo Nacional de Assistência Social e do Fundo Estadual de Assistência Social). Com Relação aos anos trabalhados neste PMASs, a previsão de destinação anual das receitas à referida política, figuram entre os seguintes valores:

TABELA 6:

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
FONTE	2014	2015	2016
FNAS	272.240,00	276.029,44	279.435,84
FEAS	NHPO ¹	14.000,00	14.000,00
FMAS	22.000,00	22.000,00	22.000,00
TOTAL	294.240,00	312.029,44	315.455,84

Em âmbito municipal, a execução dos valores previstos para o FMAS junto a PMAS figuram entre as seguintes ações, programas, serviços e/ou benefícios:

TABELA 7:

USO DA RECEITA FMAS	
2014	Folha de Pessoal
	Programas Sociais
	Programas Sociais
	Proporcionar assistência a pessoas carentes
2015	Folha de Pessoal

¹ NHPO = Não Há Previsão Orçamentária

	Gastos Diversos
	Programas Sociais
	Proporcionar assistência a pessoas carentes
2016	Folha de Pessoal
	Gastos Diversos
	Programas Sociais
	Proporcionar assistência a pessoas carentes

Também compõe o orçamento da Política de Assistência Social no município o cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS. No que diz respeito ao cofinanciamento Estadual, este é considerado de relevante importância, pois é fruto de luta e reivindicação dos Gestores, Trabalhadores e Usuários da Política de Assistência Social no estado da Paraíba. O primeiro ano de repasse dos recursos estaduais para os municípios foi o ano de 2015 devendo ser utilizados apenas no ano seguinte, por questões de previsão orçamentária. Os mesmos são destinados apenas à manutenção das ações do SCFV.

Com relação à execução dos recursos federais, no município de Nova Olinda/PB, o planejamento sinaliza:

TABELA 8:

USO DA RECEITA FNAS	
IGDPBF	Gestão de Benefícios
	Gestão de Condicionalidades
	Articulação Intersetorial
	Implementação das Ações de Desenvolvimento das Famílias Beneficiárias
	Acompanhamento e Execução de Procedimentos de controle Ações/Atividades de apoio ao Controle Social do PBF
IGDSUAS	Gestão de serviços
	Gestão e organização do SUAS e da rede de serviços socioassistenciais
	Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais
	Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família, com o Plano Brasil Sem Miséria e com o Programa BPC na Escola
	Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social
	Gestão da informação e dos instrumentos utilizados para administrá-la
	Implementação da vigilância socioassistencial
	Monitoramento do SUAS
Gestão financeira dos fundos de assistência social	

Apoio ao Controle Social		
BLOCO PSB	PBF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral á Família
	PBV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Plano Municipal de Assistência Social possibilitou inúmeras reflexões a respeito da realidade do município, como suas principais características e serviços ofertados à população. O conhecimento sobre como está organizada a rede que compõe estes serviços possibilita a formulação de ações estratégicas articuladas com os diversos setores para melhor atender aos usuários da política de Assistência Social, criando-se mecanismos que gerem inclusão e promoção social.

Nesta perspectiva, o PMAS, enquanto um instrumento teórico-político, técnico-operativo e democrático, permite a SMAS munir-se de informações, conhecimentos e estratégias que favoreçam pensar e executar ações cada vez mais criativas, inovadoras e comprometidas com resultados efetivos na consolidação da Política do SUAS em âmbito municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 2013.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de Outubro de 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica – NOB – SUAS**, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. CapacitaSuas. 1 ed., Vol. 3. Brasília, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB – RH**, Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2009.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 25 de novembro de 2009.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

PNUD, 2000. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>.

SIMÕES. Carlos. **Curso de direito do serviço social**. Biblioteca básica de serviço social. 3. Ed. rev. e atual. São Paulo. Cortez, 2009.

AXEXO



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Estado da Paraíba - Nova Olinda - PB - EDIÇÃO ORDINÁRIA do dia 27 de Maio de 2016 - Pág. 01

Criado pela Lei Municipal Nº 481 de 14 de Fevereiro de 2011

PODER EXECUTIVO

RESOLUÇÃO Nº 03/2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS DE NOVA OLINDA-PB

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social 2014-2016 e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 227/1997.

CONSIDERANDO a Lei Nº 8.742/ 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências com devidas alterações feitas pela Lei 12.435/11.

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do SUAS — NOB/SUAS/2005.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual Nº 10.546/2005 e no Decreto Estadual 36.389/2015 que estabelecem normas que regulamentam a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar em reunião extraordinária realizada no dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezesseis, aprovar o Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio de dois mil e quatorze a dois mil e dezesseis.

Art. 2º- Esta resolução entre em vigor na presente data, devendo ser publicada em Diário Oficial.

Nova Olinda, 25 de maio de 2016.


 José de Anchieta Luis
 Presidente
 SEC. DE AÇÃO SOCIAL
 CPF: 109.954.204-91


 Maria Vilany Izidro
 Vice Presidente